



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

PROCESSO: 721/97

ASSUNTO: Aposentadoria.

PARECER Nº 1124/2009-CF

EMENTA: Aposentadoria. Ilegalidade. Nova concessão. Determinação de diligência. Pedido de Reexame. Mérito. Improvimento.

Tratam os autos acerca da aposentadoria de José Durval de Araújo Lima, no cargo de professor, classe A, 07-AD, conforme os termos presentes no ato respectivo..

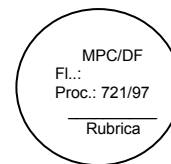
2. Aprecia-se nesta fase processual pedido de reexame interposto contra os termos da decisão nº 7179/2008, o qual solicitou a Corte convocação do servidor para fazer opção por duas, das três aposentadorias acumuladas.

3. Manifesta-se a 4ª ICE:

9. Quanto ao segundo pedido do recorrente para que seja acatada a preliminar arguida, declarando-se nulo o julgamento realizado na Sessão Ordinária nº 4216, de 11/11/08, por afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa, verifica-se que o mandamento constitucional da ampla defesa e do contraditório, assegurado pelo art. 5º, inciso LV da Constituição Federal, encontra-se suprido por meio da Decisão nº 3436/2009 que conheceu do pedido de reexame concedendo o efeito suspensivo à decisão objeto de reforma (fl. 103).

10. Ademais, note-se que a 3ª aposentadoria ainda não foi apreciada em definitivo pelo Tribunal, quanto a sua legalidade ou ilegalidade, e, em se tratando de registro inicial da concessão, a observância do contraditório e da ampla defesa constitui exceção, conforme se extrai da Súmula Vinculante nº 3 do Supremo Tribunal Federal, in verbis:

*Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, **excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.***



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

11. Outra questão é o entendimento de que não se aplica o instituto da decadência aos Tribunais de Contas, previsto no art. 54 da Lei nº 9784/99, recepcionada pela Lei nº 2834/01. Nesse sentido, o entendimento do Tribunal no Processo nº 497/02, Decisão nº 1675/03, ratificado no Processo nº 5528/95, Decisão nº 1424/04.

12. Também não assiste razão ao aposentado a alegação de direito adquirido, a fim de manter a tríplex acumulação de proventos. Na lição de Francisco Eduardo Carrilho Chaves(...)

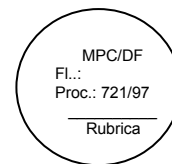
O registro de concessão de aposentadoria, reforma ou pensão é considerado condição resolutiva para eficácia da concessão. O pagamento do benefício não depende de registro, iniciando-se logo após a produção do ato pelo órgão ou entidade pagadora. Não há direito adquirido do aposentado, reformado ou pensionista, pois o ato de aposentadoria, reforma ou pensão só se aperfeiçoa com a concessão do registro pelo órgão de contas. Porém, se o registro for negado, o pagamento deve cessar imediatamente.

13. Ressalte-se, ainda, que nas ADI nº 3105 e ADI nº 3128, o STF entendeu não haver direito adquirido a Regime Jurídico. Neste sentido, convém citar o posicionamento do STF no RE-563965, in verbis: (...)

14. Assim, não há que se falar em fato consumado, tampouco em segurança jurídica, nem de se concluir pela impossibilidade do tardio desfazimento do ato administrativo, porque essa situação foi constituída de forma ilícita, não se consolidando no tempo. Cabe a administração corrigir os atos eivados de vício de ilegalidade, com o fim de evitar prejuízos ao erário público, e, neste papel, o Tribunal de Contas atua no sentido de cercear os atos administrativos iguais a este, praticados em flagrante transgressão aos ditames da Constituição Federal, pois resultaram na acumulação ilícita de três proventos (art. 71, inciso III da CRFB). (...)

15. Os termos da Decisão nº 7179/2008, estão perfeitos, face a possibilidade de acumulação de até dois cargos públicos, prevista em seu artigo 37, inciso XVI, alíneas "a" ou "b", da Constituição Federal. Desse modo, foi concedido ao servidor o direito de optar por duas das três aposentadorias acumuladas ilicitamente.

16. O Tribunal tratou, por meio da Decisão nº 7179/08, de corrigir o ato eivado de vício, praticado pela administração da Secretaria de Educação, para torná-lo lícito, oferecendo ao servidor a opção por duas das três aposentadorias, podendo escolher duas aposentadorias com as melhores remunerações. Como também, não se trata de irredutibilidade de vencimento, porque esta 3ª aposentadoria foi concedida de forma irregular, pois de acordo com os ditames da Constituição Federal é vedada a tríplex acumulação de proventos. Assim, como a Lei Maior proíbe essa acumulação, resta ao servidor a opção por duas das três aposentadorias, podendo serem levadas em conta as situações funcionais que melhor se apresentarem para o servidor, conforme pleiteado no recurso, o que se encontra abrangido pela mencionada decisão, não havendo razão para sua reforma.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

4. De fato, não há que se falar em consumação do fato, com fundamento no princípio da segurança jurídica, tratando-se de flagrante ilegalidade. Não se pode também alegar irredutibilidade de vencimentos, pois esses devem ter como limite os fundamentos presentes na lei e na Constituição, que não autorizam tríplex acumulação. Não vejo portanto ilegalidades na decisão proferida pela Corte, a qual agora se questiona. Nestes termos, de acordo com os fundamentos apresentados pela instrução, opina-se pela negativa no pedido de reexame interposto.

É o parecer.

Brasília, 03 de setembro de 2009.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora MPC/DF